

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
COORDENAÇÃO DE JORNALISMO**

LUCIANA SILVA LIMA

**OS MODELOS ALTERNATIVOS DE AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL:**

**UM OLHAR SOBRE A AGRICULTURA ORGÂNICA E A IMPORTÂNCIA DO
CONSUMO CONSCIENTE.**

**GOIÂNIA
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
COORDENAÇÃO DE JORNALISMO**

LUCIANA SILVA LIMA

**OS MODELOS ALTERNATIVOS DE AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL:**

**UM OLHAR SOBRE A AGRICULTURA ORGÂNICA E A IMPORTÂNCIA DO
CONSUMO CONSCIENTE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Prof^a. Tatiana Carilly e co-orientação da Prof^a. Lisbeth Oliveira, como pré-requisito para a obtenção do título de graduação em Jornalismo.

**GOIÂNIA
2008**

Agradecimentos

Agradeço a minha família, pelo apoio, compreensão e ajuda; à professoras Tatiana e Lisbeth pela dedicação e comprometimento na orientação deste trabalho; aos associados da Associação para Desenvolvimento da Agricultura Orgânica em Goiás (ADAO/GO), ao meu companheiro, Lucas Clímaco amigos que colaboraram para que esse trabalho fosse produzido; e a todas as pessoas que tornaram possível a realização do mesmo.

Resumo

Este trabalho consiste em um vídeo documentário cuja abordagem trata sobre a agricultura orgânica, enquanto modelo produção agrícola alternativo ao convencional, como forma de estímulo à prática do consumo consciente na cidade de Goiânia/GO. O produto final deste trabalho destina-se a prestar uma contribuição da Comunicação Social e, de forma mais específica, do Jornalismo no que tange a divulgação e promoção da sustentabilidade na agricultura, contribuindo, assim, para melhorar as relações de consumo.

Palavras-chaves: agricultura orgânica, consumo consciente, comunicação social, jornalismo, documentário.

Sumário

Considerações Iniciais.....	5
Capítulo I Da insustentabilidade da agricultura convencional à agroecologia: caracterização, relevância e perspectivas da agricultura orgânica.....	7
Capítulo II Da irracionalidade à tomada de consciência nas relações de consumo: cidadãos conscientes e sociedades sustentáveis.....	20
Capítulo III Da relação entre agricultura orgânica, consumo sustentável e comunicação social: o vídeo-documentário como ferramenta para o jornalismo ambiental.....	26
Considerações finais.....	38
Bibliografia.....	40
Anexo I Projeto documentário ambiental.....	43
Anexo II Roteiro.....	46
Anexo III Cronograma de produção do documentário “Fome de quê?”.....	51
Anexo IV Cronograma de gravação do documentário “Fome de quê?”.....	52

Considerações iniciais

A agricultura convencional tem sido apontada como uma das principais fontes de degradação ambiental não só no campo como também nas cidades. Os modelos convencionais de produção de alimentos, baseados em monoculturas extensivas, que fazem uso indiscriminado de aditivos químicos, como agrotóxicos e fertilizantes, bem como se apóiam nos processos de mecanização do campo têm contribuído para o desgaste dos recursos naturais e da saúde humana. Outros graves problemas ocasionados pelas práticas agrícolas artificiais dominantes são a perda da biodiversidade e da fertilidade dos solos e a marginalização do produtor rural, que destituídos de suas terras, acabam por migrar para as grandes zonas urbanas, contribuindo para o aumento da miséria e a violência dessas localidades, são outros graves problemas ocasionados pelas práticas agrícolas artificiais dominantes.

Percebe-se, então, que tal padrão de agricultura, industrial e tecnicista, evidencia uma profunda incompatibilidade entre o crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras, bem como dificulta o justo acesso de grande parte da população mundial a esses bens. Esse modelo encontra suporte na própria configuração da sociedade de consumo, a qual, mediante a atuação cada vez mais contundente dos meios de comunicação, tem contribuído para a formação de indivíduos exageradamente consumistas e, portanto, descompromissados e alienados das relações que movimenta quando compra um produto.

Por outro lado, a percepção, por uma crescente parcela da população mundial, da insustentabilidade ambiental, social e cultural do modelo agrícola convencional possibilitou a reflexão sobre a construção de um modelo alternativo de produção de alimentos. Eis que surge o movimento da Agricultura Orgânica, a qual trabalha com o princípio da auto-sustentação da propriedade rural, buscando aumentar os benefícios sociais para o agricultor, reduzir a dependência de energias não-renováveis na produção, oferecer produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de insumos artificiais. Além disso, o respeito à integridade cultural dos agricultores

e a preservação da saúde ambiental e humana em todos os seus aspectos são outros pontos fortes dessa corrente.

Contudo não há como se considerar o sucesso da sustentabilidade na produção de alimentos se não for considerada a participação dos consumidores nesse processo. Para que isso ocorra, no entanto, é necessário que os cidadãos estejam conscientes do papel político que assumem ao consumir um produto. Assim, considerando o fato de que a mídia tem representado uma influência cada vez maior na vida dos indivíduos, sendo ela inclusive responsável por ditar padrões de moda e comportamentos, fica praticamente impossível alcançar a formação de consumidores conscientes, sem que haja o envolvimento dos meios de comunicação.

A partir do entendimento de que a comunicação pode desempenhar um importante papel na divulgação das causas ambientais em geral, e da Agricultura Orgânica em particular é que esse trabalho foi desenvolvido. Assim a proposta deste projeto foi a de apresentar e levantar as principais discussões pertinentes à agricultura convencional, mediante a realização de um vídeo documentário, o qual foi produzido com o intuito de servir como ferramenta de divulgação ampla e efetiva do movimento, atuando também como um meio de sensibilização para a prática do consumo sustentável.

Para isso, foi realizada uma pesquisa introdutória sobre a temática em questão, como forma de estabelecer uma maior compreensão dos assuntos abordados. Este estudo encontra-se desenvolvido nas páginas a seguir, iniciando-se com a apresentação da Agricultura Orgânica, passando pelo Consumo Sustentável e culminando na análise da Comunicação Ambiental, na qual se discute alguns aspectos relacionados à função do jornalismo e do vídeo-documentário frente à divulgação da problemática em pauta.

Entretanto, é importante esclarecer que este não é um trabalho de pesquisa. Sendo assim, não é o foco do presente projeto levantar hipóteses, nem tão pouco apontamentos conclusivos sobre o tema em questão. O que se pretende aqui é apresentar uma discussão introdutória sobre a Agricultura Orgânica e o consumo consciente, mostrando de que forma os produtos da comunicação podem contribuir para o processo de difusão e de promoção destas variáveis.

O grande objetivo deste trabalho é, no entanto, o de oferecer uma contribuição favorável à mitigação dos complexos problemas relacionados à questão ambiental, para os quais a agricultura convencional representa, conforme destacado nos capítulos a seguir, um agravante significativo. Assim, o produto final deste projeto vem, justamente, mostrar como a comunicação, e neste caso mais específico, os meios audiovisuais, podem atuar como uma ponte entre as ações dos cidadãos e as demandas por sustentabilidade.

Capítulo I

DA INSUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA CONVENCIONAL À AGROECOLOGIA: CARACTERIZAÇÃO, RELEVÂNCIA E PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA ORGÂNICA

O homem perdeu a sua capacidade de prever e de prevenir. Ele acabará destruindo a Terra.

Albert Schweitzer (músico, filósofo e médico alsaciano)

A agricultura convencional tem-se refletido em práticas extremamente conflituosas e contraditórias. Aliada ao discurso de aumento da produtividade, cujo objetivo último seria o de alimentar uma população cada vez maior e mais urbanizada, ela acabou por incorporar ao seu processo de desenvolvimento métodos amplamente artificiais: o abuso do uso de fertilizantes e de pesticidas químicos, da manipulação genética e da irrigação nas lavouras. Isto sem falar no tocante à monocultura extensiva, outro aspecto fortemente característico desse tipo de agricultura.

Contudo, esse modelo não apenas contribuiu para agravar o problema da fome e da desnutrição ao redor do mundo, e de forma especial nos países subdesenvolvidos, como acabou por fazer da agricultura a maior fonte de propagação da poluição ambiental, de degradação da saúde humana e de acirramento dos problemas sociais no campo, contribuindo também para o agravamento das situações de risco nas zonas urbanas. Frequentemente, e com precisão, tem-se responsabilizado este padrão industrial de produção agrícola pela redução da fertilidade dos solos e da biodiversidade dos ecossistemas, bem como pelo aumento da dependência dos agroquímicos e das fontes não-renováveis de energia, especialmente aquelas derivadas do petróleo (AZEVEDO, 2006, p.73). Tais questões encontram-se na raiz do movimento ambientalista, na busca por uma sociedade não apenas mais consciente dos seus problemas, como mais ativa na procura por solucioná-los.

Será que nós caímos em estado de mesmerização que nos induza a aceitar como inevitável o que é inferior, ou o que

causa detrimento? Será que perdemos a vontade ou a visão para exigirmos o que é bom? Por qual razão deveríamos nós tolerar uma dieta de venenos fracos, um lar em meio a arredores insípidos, um círculo de conhecidos que não sejam propriamente os nossos inimigos, o barulho de motores com o alívio apenas suficiente para evitar a insanidade? Quem desejaria viver num mundo que apenas não chega a ser de todo fatal? (CARSON, 1969, p. 22)

Somente após a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, da jornalista e bióloga Rachel Carson, em 1960, que denunciou o uso abusivo dos pesticidas (neste caso, o DDT, principalmente) na agricultura e suas influências nefastas sobre o ambiente, é que a relação entre a adoção de insumos artificiais nas lavouras e a disseminação da poluição ambiental se fez evidente e divulgada mundialmente¹. Mas, ainda assim, essas práticas continuaram a ser aplicadas e, pior, tiveram seus domínios ampliados, persistindo em pleno processo de expansão pelos anos seguintes, estendendo-se até os dias atuais.

Paralelamente a essa realidade, que só tem se mostrado benéfica para uma pequena parcela de grandes produtores rurais, os latifundiários, bem como para os países desenvolvidos, locais para onde são destinadas a quase totalidade da produção das nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, surge um outro movimento, alternativo ao modelo vigente, cuja proposta lança um olhar diferenciado sobre os padrões de consumo e cultivo de alimentos das sociedades modernas. Apesar de ainda apresentar uma tímida desenvoltura frente às práticas convencionais, esse novo paradigma da agricultura, que estabelece uma relação de ruptura com o modelo agrário-exportador (agronegócio), bem como a adoção de posturas mais conscientes e sustentáveis, vem, conforme será apresentado mais adiante, ganhando um número cada vez maior de defensores na esfera mundial.

Essa nova corrente, que começa a ganhar força e estrutura mais consolidada a partir da década de 70, passa a ser reconhecida, primeiramente, com a denominação de Agricultura alternativa, ganhando, posteriormente,

¹ Nesta obra, Carson (1962) apresenta a agricultura convencional, fortemente construída sobre o julgo da indústria química dos agrotóxicos e fertilizantes artificiais, como sendo a causa original de grande parte da poluição do solo, da água e do ar, sendo a grande contribuinte para os processos de degradação ambiental e para a debilidade da saúde humana.

outras designações, como Agroecologia (anos 80) e Agricultura Sustentável (final dos anos 80 e anos 90). Independente da opção por um termo ou outro, o importante é entender que eles surgem com o intuito de reunir todos aqueles movimentos que defendem a construção de um modelo de agricultura diferente do convencional (DAROLT, 2002).

Essa oposição ao padrão de produção agrícola vigente não se deu de modo uniforme, pelo contrário, apresentou configurações e posturas diversificadas, expressas em diferentes correntes de contestação ao modelo industrial de agricultura. Dentre esses movimentos encontram-se: as agriculturas Biodinâmica, Natural, Biológica, Ecológica, Regenerativa, a Permacultura e a Orgânica. Essa última, usualmente chamada pelo termo 'movimento orgânico', responde pelo conjunto das demais, sendo, assim, uma forma encontrada para se estabelecer certas condições de controle de qualidade dos produtos e de trocas de experiências entre as diferentes correntes (DAROLT, 2002, p. 18-19; KHATOUNIAN, 2001, p. 29-30).

Os fundamentos da Agricultura Orgânica (AO) surgem na Inglaterra, em meados da década de 30, quando Sir Albert Howard, após ter empreendido anos de pesquisa sobre o modelo indiano de produção de alimentos, publica um conjunto de obras, nas quais ficou registrada a relação existente entre a saúde humana e a manutenção da estrutura natural (orgânica) do solo. Contudo, enquanto movimento, a AO só começaria a ganhar forças por volta do final dos anos 40, nos EUA, a partir dos esforços de divulgação de Jerome Irving Rodale, fundador da revista *Organic Gardening and Farm (OG&F)*, a qual fora não somente pioneira na temática, como se tornaria um dos principais periódicos de difusão do movimento, sobretudo a partir de 1970 (DAROLT, 2002, p. 21-22; KHATOUNIAN, 2001, p. 26).

Dados atuais, registrados pela Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), referentes ao ano de 2008², mostram que a AO já se faz presente em 138 países, estando representada em cerca de 70% das nações dos cinco continentes. Estatísticas recentes, realizadas pela organização, ainda apontam para um total de aproximadamente 30,4 milhões de hectares cultivados organicamente em mais de 700 mil propriedades ao

² Dados publicados no documento *The World of Organic Agriculture: Statistics and Emerging Trends 2008*, encontrado no sítio eletrônico do IFOAM.

redor do mundo. Em termos econômicos, a produção orgânica tem apresentado rendimentos superiores a 5 bilhões de dólares anuais, apresentando somente em 2006 um faturamento de 38,6 bilhões de dólares (IFOAM, 2006).

Apesar dos valores da produção orgânica terem dobrado num período de apenas 5 anos (2001-2006), seus índices ainda permanecem praticamente irrelevantes frente aos percentuais alcançados pela agricultura convencional. Atualmente, a AO corresponde a menos de 1% do total de terras agrícolas do mundo. Em termos de áreas de produção, entre as regiões com maior representatividade estão: a Oceania, que ocupa o primeiro lugar no gráfico do cultivo de orgânicos (42%) e, em seguida, a Europa (24%) e a América Latina (16%). No caso específico deste último, o continente (latino americano) possui mais de 200 mil fazendas, distribuídas em torno de 5 milhões de hectares de terras cultivadas organicamente, dos quais mais de 90% são destinados à exportação. Importante destacar, no entanto, que este total representa apenas 0,7% da área agrícola da região (IFOAM, 2008).

O Brasil está entre os países com área e quantidade de produção mais significativa, juntamente com Argentina, Uruguai e Chile (IFOAM, 2008). São cerca de 800 mil hectares destinados para o cultivo de orgânicos, distribuídos em todas as regiões do país, o que configura uma parcela de ínfimos 0,25% do total nacional de área agricultável. Além disso, a AO brasileira conta com cerca de 15 mil produtores, que são responsáveis por um volume de 5% da produção de alimentos comercializados mundialmente, e que já movimentam cerca de 84 bilhões de reais por ano, com crescimento anual de 15% a 20% (MAPA/MDA, 2006/2007).

De uma forma geral, a AO reflete todas as práticas da produção livre da utilização de agrotóxicos. No entanto, é importante compreender que ela não se limita a essa questão, uma vez que, ao longo de seu processo de estruturação, foi incorporando os diversos aspectos concernentes à sustentabilidade (social, ecológica e cultural, não apenas econômica) da produção agrícola, sem, contudo, apresentar implicações místicas ou religiosas, como ocorre em muitas outras correntes.

Neste sentido, a AO, em seu aspecto conceitual mais amplo, é entendida como sendo aquela capaz de pensar a produção agrícola não

apenas pela perspectiva da preservação da biodiversidade (comum a todos os movimentos), mas também pelo prisma da conservação da superfície do solo, da utilização eficiente da água e da energia, da justiça social, com a geração de emprego e renda, da promoção da educação e da qualidade de vida, do estímulo ao cooperativismo e ao associativismo, do respeito à integridade cultural dos agricultores e do favorecimento à agricultura familiar (AZEVEDO, 2006, p. 69). É, justamente, a soma de todos esses fatores que fazem da AO o principal expoente da Agroecologia.

Contudo, ainda existem alguns entraves quanto o consumo de orgânicos, principalmente no que diz respeito aos custos de produção desses alimentos, que, por serem mais elevados, acabam por se incorporarem aos preços de venda e sendo repassados para o consumidor final. De outro lado, a AO também não apresenta uma estrutura produtiva capaz de suprir toda a demanda crescente por alimentos saudáveis e sustentáveis, o que dificulta a sua concorrência com a produção convencional e até mesmo a eliminação deste tipo de agricultura. Há ainda uma deficiência na divulgação desses produtos e um insuficiente esclarecimento dos consumidores quanto à importância de se fomentar este tipo de produção. A não solução de tais dificuldades, no entanto, devem-se, em grande medida, ao baixo investimento no setor, sobretudo no que tange ao apoio governamental a esse tipo de produção.

Neste sentido, percebe-se que a otimização da produção orgânica só será possível na medida em que houver uma reformulação da estrutura política, a qual esteja, por sua vez, orientada para a promoção da sustentabilidade no campo. Um dos avanços notados em termos de conquistas políticas da produção orgânica se deu em termos de promulgação da legislação referente à AO. Em 2003 foi sancionada a Lei dos Orgânicos (Lei 10.831) e, em 2007, a AO foi regulamentada pela Lei 6.323. A Lei dos Orgânicos traz em seu artigo primeiro a seguinte definição:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais,

a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003).

A produção de alimentos orgânicos, no Brasil e no mundo, tem refletido em melhorias visíveis no que tange a sustentabilidade ambiental. Esses avanços, segundo Azevedo (2006, p. 73), podem ser percebidos não apenas na qualidade dos alimentos, como também “na fertilidade dos solos, na qualidade de vida dos animais e seres humanos, os quais vivem em um ambiente isento de substâncias tóxicas, onde se mantém a diversidade biológica da flora e da fauna, as águas mais limpas, o clima equilibrado e o ar menos poluído”. Vejamos a seguir a AO sobre os pontos de vista a ela relacionados. Tais aspectos serão apresentados à luz do pensamento sistêmico³, o qual parte de uma abordagem teórica que pressupõe, no campo da agricultura, a hipótese de que a produção deve ser entendida como um todo, orientando sua prática para o desenvolvimento de uma inter-relação entre as partes, assim como entre o sistema produtivo e o ambiente (DAROLT, 2002, p. 65).

A perspectiva ecológica

Trabalhar com a temática ambiental implica, necessariamente, levar em consideração as questões referentes à produção de alimentos. Como fora mencionado anteriormente, os modelos convencionais de agricultura se converteram em grandes fontes difusoras da poluição dos ecossistemas. Neste sentido, a luta pela conservação do meio ambiente impõe à atual sociedade de consumo uma reflexão sobre o modelo agrícola vigente, que traga como consequência a adoção de novas práticas, orientadas para uma utilização mais harmoniosa dos recursos naturais. Nesse sentido, AO apresenta significativa contribuição.

³ Para entender mais sobre a Teoria Sistêmica ver Capra, et As Conexões Ocultas: Ciências para uma Vida Sustentável (2002).

Para se trabalhar os aspectos ecológicos da produção orgânica há que se considerar um conjunto de indicadores naturais, tais como: área de preservação, práticas naturais de manejo, reciclagem de resíduos, controle biológico de pragas, integração das atividades, diversificação do sistema e domínio sobre o nível de degradação da unidade de produção agrícola. Todos esses fatores devem ser analisados de forma sistêmica, para que, assim, possam garantir a sustentabilidade ecológica da propriedade e da produção (DAROLT, 2002, p. 72; KHATOUNIAN, 2001).

Para se trabalhar a abordagem integrada, em cujo princípio deve residir a base de sustentação de todas as práticas agrícolas, há que se mudar o tradicional enfoque compartimentalizado da agronomia, assegurado em uma visão mecânica e química do processo produtivo, para uma intervenção mais ecológica, capaz de perceber a ligação entre os fatos, sendo estes verificados dentro de uma relação entre as múltiplas causas e conseqüências existentes nos fenômenos. É justamente nesta perspectiva que se fundamenta o “Manejo Ecológico do Solo”, inicialmente proposto por Primavesi (apud KHATOUNIAN, 2001, p. 35), o qual compreende a verdadeira agricultura como sendo aquela que não dissocia nenhum dos aspectos dos ecossistemas agrícolas. Para a autora, a fisiologia vegetal, a nutrição mineral, a conservação do solo, o controle do ambiente, o ataque de pragas e doenças, o manejo dos animais, todos esses fatores devem ser igualmente considerados dentro do processo produtivo.

A aplicação do Manejo Ecológico do Solo implica, por sua vez, na adoção de conceitos e métodos diversos, os quais se fazem indispensáveis para a sustentabilidade ambiental das práticas agrícolas. Considerar o solo como um organismo vivo e não apenas como um corpo mineral é o alicerce do procedimento em questão. Na AO a fertilidade do solo encontra-se diretamente relacionada com a sua vitalidade (CAPRA, apud TRIGUEIRO, 2003, p. 27). Neste sentido, a adubação é vista como a fonte de alimento do solo e não apenas como a fornecedora de subsídios minerais para a planta cultivada, como é entendida na agricultura convencional. Segundo Khatounian (2001, p. 39) neste processo “o foco deixa de ser a cultura, tendo o solo como mero substrato, e passa a ser próprio solo, cuja dinâmica biológica se quer estimular”.

Capra define o solo vivo como sendo aquele que mantém em sua estrutura uma vasta biodiversidade de microorganismos, os quais se fazem presentes nas suas porções mais reduzidas, sendo estes seres microscópicos os responsáveis por produzir modificações químicas variadas, indispensáveis para a preservação da vida terrestre. “Devido à importância fundamental do solo vivo, devemos preservar a integridade dos grandes ciclos ecológicos em nossas atividades agrícolas. Este princípio está incorporado aos métodos tradicionais de cultivo, que se baseiam em um respeito profundo pela vida” (CAPRA, apud TRIGUEIRO, 2003, p. 27). Esse se configura no grande desafio a ser incorporado pela agricultura convencional, cujo desrespeito com relação à vitalidade natural do solo tem resultado em alarmantes casos de desequilíbrio ambiental, resultantes do uso irracional de fertilizantes e aditivos químicos.

Outro aspecto de fundamental importância para manutenção da integridade física do solo, refere-se ao método de controle biológico de pragas, prática recorrente da AO. Esse mecanismo se baseia na redução da incidência de corpos daninhos nas lavouras por meio da introdução de seus predadores naturais. Esse procedimento vem ganhando força a partir da difusão do entendimento de que os insumos químicos, além de aumentarem os custos da produção, têm se tornado cada vez mais ineficientes no combate às pragas presente nas culturas do modelo convencional, uma vez que a própria utilização de agrotóxicos tem ocasionado a debilitação das plantações, favorecendo, assim, o ataque de pragas diversas (KHATOUNIAN, 2001, p. 37).

Khatounian ainda destaca que o controle biológico de pragas pode ser realizado de duas formas. A primeira e mais clássica delas consiste na criação artificial dos inimigos naturais e a posterior introdução em massa desses organismos nas lavouras. Já a segunda, que é o modelo adotado pela AO, baseia-se na estruturação de espaços, organizados dentro da própria plantação, de atração dos inimigos naturais das pragas. A manutenção da biodiversidade de insetos, por sua vez, é garantida pela biodiversidade de plantas. “Além de proteger os inimigos naturais das pragas, a biodiversidade vegetal constitui uma fonte de alimentação alternativa às pragas, diminuindo a pressão sobre as lavouras” (KHATOUNIAN, 2001, p. 38).

Não obstante isso, a biodiversidade da flora ainda é vista dentro da AO como o ponto fundamental para a manutenção da produtividade agrícola, além

de atuar como fonte de equilíbrio econômico regional. Esse processo deve ser estruturado de forma a garantir o proveito mais racional possível dos recursos, reduzindo assim a geração de resíduos, que devem ser reaproveitados e incorporados em outras atividades. Esse sistema também pode vir integrado à criação de animais, cuja alimentação provém da própria lavoura e cujos resíduos para ela retornam sob a forma de adubos. Sobre esses aspectos da produção orgânica Khatounian tece a seguinte consideração:

O equilíbrio biológico das propriedades, bem como o equilíbrio ambiental e o equilíbrio econômico de grandes regiões, não podem ser mantidos com as monoculturas. A diversificação das culturas é o ponto-chave para a manutenção da fertilidade dos sistemas, para o controle de pragas e doenças e para a estabilidade econômica regional (...) Como ideal, a diversificação deve ser tal que não exista lixo ou subproduto, mas que cada material produzido seja insumo para alguma outra atividade (2001, p. 40).

Outro conceito incorporado pela AO, e que se apresenta como um desafio para o modelo convencional de produção de alimentos, diz respeito ao fato de que na agricultura padrão há um constante e desgastante estímulo à busca por ganhos máximos em curtos espaços de tempo. No entanto, a adoção de práticas que priorizem uma produtividade ótima (ao invés de máxima), ou seja, que estejam de harmonia com a capacidade do meio em que se encontram inseridas, comportando um planejamento em longo prazo, tem se mostrado mais eficiente não somente em termos de sustentabilidade como em termos de economia, uma vez que os gastos com as correções dos problemas posteriores se reduzem (KHATOUNIAN, 2001, p. 40). Além disso, é importante destacar também a utilização mais eficiente da energia priorizando-se a opção pelas fontes alternativas e renováveis.

A perspectiva social e cultural

As dimensões sociais e culturais se constituem em outros dois pilares defendidos pela AO. Diferente das outras correntes da Agroecologia, a AO é tida como o único segmento capaz de pensar o sistema produtivo a partir dos seus vários enfoques sociais. Azevedo chama a atenção para essa questão,

destacando a importância de se incluir a dimensão humana dentro da questão ambiental da agricultura.

(...) Os conceitos de ecologia e ambiente saudável não se sustentam sem a introdução do ser humano neste ambiente. O caminho aponta para uma sociedade orientada por uma “razão ecossocial” como solução para a crise na agricultura e como alternativa ao desenvolvimento rural baseado no Padrão Técnico Moderno (Gorz apud AZEVEDO, 2006, p. 74).

O sistema latifundiário, concentrador de terras e altamente excludente, aliado aos processos de modernização agrícola e de incorporação da visão tecnicista e/ou industrial/produtivista à agricultura, não só destituiu o trabalhador rural de sua propriedade, expulsando-o do campo em direção aos grandes centros urbanos, como contribuiu para desqualificar o saber tradicional do pequeno produtor camponês. Além disso, o agronegócio tem deixado um rastro de profunda violência não apenas contra os trabalhadores rurais, mas também contra as populações tradicionais que vivem no campo, como as comunidades indígenas e quilombolas. A superexploração, o trabalho infantil e escravo, a desestruturação das culturas tradicionais são retratos cruéis da realidade camponesa brasileira, que se perpetuam impunemente ao longo dos anos e que se concentram, segundo Moreira, majoritariamente naquelas localidades onde o agronegócio se desenvolve:

Os números mostram que a violência se condensa principalmente nas zonas de ocupação, na fronteira agrícola, lá onde o capital invade a floresta, corta a mata, onde a violência da moto-serra transforma natureza em sociedade de classes, o agronegócio é destruidor da natureza e inimigo dos trabalhadores. Não hesita em mostrar sua face moderna e tecnológica para fora, enquanto que para dentro muitas vezes emprega trabalho infantil e escravo (apud CPT, 2008, p. 17)

Segundo dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) somente em 2007 foram registrados no campo 770 conflitos em todas as regiões brasileiras, envolvendo mais de 90 mil famílias, entre trabalhadores rurais, camponeses, ribeirinhos, indígenas e quilombolas, que lutam contra a ocupação e posse de suas terras em uma área superior a 8 milhões hectares. Em relação ao trabalho escravo foram denunciados, ainda em 2007, 8.653

casos, com 26 menores envolvidos, em mais de 200 propriedades, isso sem mencionar os registros de superexploração e outros desrespeitos aos direitos trabalhistas, que somam mais de 7 mil ocorrências (CPT, 2008). Sobre esse quadro de profunda deterioração da condição humana no campo Moreira faz a seguinte observação:

(Esses dados) refletem a violência inaudita de um sistema capitalista que defende a ferro e fogo a propriedade privada, os recursos e privilégios de uma classe e sua apropriação dos recursos da natureza. Um sistema capitalista cruel e injusto que por um lado barra o acesso dos pobres à terra e por outro submete os trabalhadores rurais a regimes de escravidão e de superexploração, que lhes nega frequentemente os direitos mínimos e que pune com máxima severidade qualquer transgressão ou ameaça de mudança (apud, CPT, 2008, p. 17).

A apropriação privada das terras públicas e dos recursos naturais por parte de alguns grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, cujos principais interesses giram em torno do cultivo de monoculturas, como a soja e a cana-de-açúcar, da implantação de pastagens e da construção de florestas artificiais e homogêneas, para abastecer as indústrias de madeira, papel, celulose e carvão, têm contribuído enormemente para a proliferação dos quadros de degradação ambiental e social, sobretudo naquelas áreas onde a intervenção do Estado é precária ou inexistente, como as regiões do Cerrado e da Amazônia. Além disso, o fato de as monoculturas priorizarem a exclusividade do comércio com os mercados externos, impõe uma crescente e necessária preocupação com relação ao futuro das áreas de produção de alimentos destinadas ao abastecimento da população nacional (CARVALHO, apud CPT, 2008, p. 35-39).

A observação de tais fatores conduziu a AO a direcionar seu olhar para a valorização das propriedades de médio e pequeno porte, mais especificamente àquelas voltadas para a agricultura familiar, aqui entendida enquanto lógica que se apresenta capaz de privilegiar a sustentabilidade da produção agrícola, sobretudo por sua maior capacidade de diversificação da produção (AZEVEDO, 2006, p.74). Isto implica em considerar ainda o fato de que a quase totalidade do abastecimento do mercado interno brasileiro de

alimentos provém da Agricultura Familiar (AF), uma vez que, o agronegócio encontra-se voltado para a exportação.

Dados divulgados no último censo agropecuário (IBGE, 1995/1996) afirmavam que a AF ocupava 85,2% dos estabelecimentos rurais do Brasil, organizados em torno de 108 milhões de hectares de terras, o que correspondia a cerca de 30% da área agricultável do país. Ainda de acordo com esses dados, a AF era responsável por quase 40% do total da produção de alimentos brasileira, recebendo, no entanto, apenas 25,3% do financiamento destinado ao setor. Além disso, a AF respondia, até então, por 76,9% dos postos de trabalho do meio rural (IBGE, 1995/1996). Assim, a principal defesa da agricultura familiar orgânica está pautada na permanência desses trabalhadores em suas atividades, sendo uma forma de prevenir que as grandes indústrias e corporações se apropriem da produção orgânica, favorecendo mais uma vez a exclusão social.

Além disso, é importante destacar nesse processo a necessidade de revalorização da sabedoria rural e da cultura local no cultivo de alimentos de qualidade, que esteja inserido dentro do processo de justiça social e cidadania no campo. Neste sentido é mister observar que esta realidade só poderá ser alcançada, no caso brasileiro, mediante ação política reformadora, capaz de redistribuir terra e renda, devolvendo ao trabalhador rural o domínio de sua propriedade e dando-lhe condições eqüitativas de produção e de trabalho, sobretudo no que tange aos incentivos financeiros do Estado (AZEVEDO, p. 75-76).

(...) A AO representa para a agricultura familiar uma estratégia para a manutenção do modo de vida rural, da própria condição social, uma vez que ela implica na valorização do conhecimento do agricultor, das tomadas de decisão da família, da troca/intercâmbio de trabalho, sementes e saberes com outros agricultores, o que significa, em última instância, uma atitude política diante das condições de vida social. A preservação desse modo de vida rural caminha com a visível e crescente discussão que foca a construção de novas ruralidades. Esse termo diz respeito ao meio social rural, relevando as especificidades de sua construção social e de modos de vida igualmente específicos (KARAM apud AZEVEDO, 2006, p. 75).

Esta lógica carrega em si a idéia da construção de condições mais habitáveis de vida no campo, que possibilite a fixação dos agricultores em suas terras, diminuindo o êxodo rural e a pressão sobre as cidades, as quais tendem a tornarem-se menos populosas e problemáticas, além de passarem a contar com alimentos mais saudáveis. Contudo, tal dimensão só será atingida à medida que houver um processo de valorização do modo de viver, da cultura e do saber rural, o qual, no caso brasileiro, só será alcançado mediante a realização de reformas políticas profundas, capazes de promover uma ampla modificação da estrutura fundiária vigente nesse país. Considerar o modo de vida rural e as expressões culturais aí presentes, significa empreender um outro olhar sobre as relações ser humano/natureza, que se tornam mais harmônicas na proporção em que se aproximam do saber tradicional do pequeno camponês e das culturas tradicionais (indígenas e quilombolas), cuja ligação com terra e com a preservação ambiental se fazem bem mais evidentes do que na agricultura moderna (AZEVEDO, 2006, p. 76-78).

A perspectiva da saúde humana/qualidade de vida

Um terceiro aspecto de destaque da AO diz respeito à sua contribuição para a saúde humana e para a qualidade de vida no meio rural e urbano. Entender essa relação implica em reconhecer o fato de que grande parte das doenças desenvolvidas pelos seres humanos na atualidade tem sua origem na alimentação. A produção de alimentos intoxicados, a base de produtos químicos, tem-se refletido na redução da qualidade de vida dos indivíduos. Por outro lado, a crescente preocupação dos seres humanos com a saúde e bem estar tem aumentado a pressão por alimentos “limpos” e saudáveis (AZEVEDO, p. 71-72).

São muitos os casos notificados a respeito dos danos à saúde provocados pela utilização indiscriminada de agrotóxicos na agricultura. O Ministério da Saúde (MS), já em 2006, relatou que os efeitos maléficos destes produtos químicos afetavam não somente a classe trabalhadora das mais diversas esferas sociais (não apenas a rural, uma vez que os insumos artificiais, apesar de se fazerem mais presentes no setor agropecuário, é utilizado em várias outras esferas produtivas), como colocam em risco a população em geral seja por meio de resíduos alimentares, por contaminação

ambiental ou acidental. Dados oficiais divulgados pelo Órgão estimam que a cada ano cerca de 5 mil brasileiros sejam intoxicados por agrotóxicos⁴. Contudo, tais estatísticas ainda estão muito longe de refletirem os números reais, uma vez que a fiscalização no país ainda é bastante precária.

Não obstante isso, os investimentos em agrotóxicos tem crescido no Brasil e no mundo. Sobre essa questão, informações divulgadas pelo Ministério da Saúde (MS) atestam o seguinte quadro:

Os gastos mundiais com agrotóxicos crescem continuamente. Passaram de US\$ 20 bilhões em 1983 para US\$ 34,1 bilhões ao longo dos anos 90. A América Latina é a região onde mais cresceram as vendas. No Brasil, foi observado importante aumento de vendas nos anos 90 passando de 1 bilhão de dólares em 1990, para 2,18 bilhões de dólares em 1997. Segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola (SINDAG), em 2001, o Brasil foi o oitavo país consumidor destes produtos, com 3,2kg/há de agrotóxicos⁵.

Ainda de acordo com o MS o quadro de envenenamento por agroquímicos pode evoluir de uma intoxicação leve, com tontura e náusea, a sintomas mais graves, para convulsões e arritmias cardíacas, sendo capaz inclusive de ocasionar casos de câncer e óbitos. Além disso, o modelo convencional de produção de alimentos tem sido alvo constante de escândalos alimentares (vaca louca, febre aftosa, gripe do frango), o que tem contribuído para colocar em xeque o sistema vigente (AZEVEDO, p. 72). Todos esses fatores somados, provocados pela utilização massiva e indevida, por vezes até criminosa, dos agrotóxicos tem contribuído para tornar o tema questão de saúde pública.

O agronegócio e os padrões de consumo atuais (*fast foods*, industrializados e enlatados) favorecem a instabilidade na garantia da Política de Segurança Alimentar e Nutricional dos cidadãos, que cada vez mais passam a contar com uma alimentação pobre em termos nutricionais – o que contribui para a baixa resistência e imunidade dos indivíduos, levando-os a contraírem doenças mais facilmente – e rica em riscos de intoxicação alimentar.

⁴ Fonte: Agência Brasil, matéria intitulada “*Em 16 estados, uso de agrotóxicos é principal problema de saúde do trabalhador*”, publicada em 20 de setembro de 2006.

⁵ Diretrizes para Atenção Integral à Saúde do Trabalhador de Complexidade Diferenciada: Protocolo de Atenção à Saúde dos Trabalhadores Expostos a Agrotóxicos (2006, p. 4).

Paralelamente a isso, a AO tem mostrado ser capaz de produzir alimentos de maior valor nutritivo, por serem cultivados em um solo mais equilibrado em nutrientes, rico em vitalidade e livre da toxidade presente nos produtos de origem convencional. Isto ocorre porque a produção orgânica está centrada não na quantidade de alimentos, mas, sim, no cultivo de alimentos de qualidade.

Todas estas questões até aqui colocadas apontam para um mesmo horizonte, o qual precisa ser urgentemente repensado: os padrões de consumo das sociedades atuais. O modelo capitalista tem conduzido os indivíduos a um consumismo desenfreado e irracional que serve de sustentáculo a toda estrutura de insustentabilidade anteriormente abordada, reforçando, portanto, cada vez mais, os quadros de degradação ambiental (ecológica, humana, social e cultural). Assim, torna-se necessário elevar o consumo à ação política, que o legitima enquanto possibilidade de intervenção social na estrutura vigente, como forma de garantir sociedades mais justas e equilibradas. A construção desta realidade, no entanto, só será possível se cada cidadão for capaz de compreender o que está por traz das relações consumistas, nas quais se encontra envolvido, e, a partir disso, buscar agir de forma mais consciente do seu papel enquanto sujeito social e ecológico. O capítulo seguinte será destinado a problematizar de forma um pouco mais aprofundada essas questões relacionadas ao consumo nas sociedades atuais.

Capítulo II

DA IRRACIONALIDADE À TOMADA DE CONSCIÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: CIDADÃOS CONSCIENTES E SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

Agora que somos mais de 6 bilhões de indivíduos famintos e vorazes, todos aspirando a um estilo de vida de Primeiro Mundo, nosso modo de vida urbano avança sobre o domínio da Terra viva. Consumimos tanto que ela já não consegue sustentar o mundo familiar e confortável que nos habituamos.

(JAMES LOVELOCK, 2006, p. 20)

A emergência da sociedade de consumo, marca registrada do capitalismo global, tem sido apontada como a grande fonte geradora da poluição e da degradação das condições de vida, sobretudo a humana. O consumismo, geralmente confundido com o suprimento das necessidades básicas dos seres humanos, equívoco constantemente reforçado pela mídia, impõe, cada vez mais, uma lógica de completo distanciamento dos produtos finais com suas relações de produção, as quais se encontram profundamente arraigadas na irracionalidade da utilização dos recursos naturais, atuando única e exclusivamente em prol do capital (do crescimento econômico), que carrega em si um processo de profunda desigualdade e exclusão social. A grande problemática acarretada pelo consumo está relacionada à inversão de valores que coloca os padrões do ter a frente do ser.

Segundo o dicionário, o verbete consumir já apresenta, em sua própria concepção, um significado altamente nefasto e pejorativo: “consumir (do lat. *consumere*): 1. Gastar ou corroer até a destruição; devorar, destruir; extinguir. 2. Aniquilar, anular. 3. enfraquecer, abater (...)” (Dicionário Aurélio, 1986). Entendendo essa designação e observando todas as conseqüências acarretadas por um modelo de vida que tem pautado toda a sua experiência no desgaste desmedido da natureza e de todas as formas de existência, torna-se não apenas necessário, como inevitável, questionar tais padrões. Como conviver com uma sociedade mais justa e equilibrada se a todo o instante

aumenta-se a vontade insaciável de ter cada vez mais, ao passo que 'ser' é sempre menos importante? Como justificar sociedades tão desiguais, onde uns tem tanto e outros quase nada? As relações caóticas de consumo devem continuar, a todo custo, sem que haja qualquer preocupação com os problemas que tais práticas acarretam para o ambiente, para a sociedade e para a própria espécie humana? Se de fato existe um apelo pelo alcance da qualidade de vida, todas essas questões precisam ser, urgentemente, postas em discussão, como forma de se estabelecer novas alternativas ao modelo altamente desenfreado (injustificável e inconcebível) de consumo atual.

Baudrillard, um dos grandes pensadores da sociedade de consumo, estabelece uma profunda reflexão crítica sobre os padrões de vida modernos, regidos por uma infinidade proliferante de objetos, os quais desestruturam a condição e as relações humanas e, inclusive, tornam o próprio modo de perceber o ambiente um produto destas invenções industriais e tecnológicas:

À nossa volta, existe hoje uma espécie de evidência fantástica do consumo e da abundância, criada pela multiplicação dos objetos, dos serviços, dos bens materiais, originando como que uma categoria de mutação fundamental na ecologia da espécie humana. (...) Os conceitos de 'ambiente' e de 'ambiência' só se divulgaram a partir do momento em que, no fundo, começávamos a viver menos na proximidade dos outros homens, na sua presença e no seu discurso; e mais sob o olhar mudo de objetos obedientes e alucinantes que nos repetem sempre o mesmo discurso – isto é, o do nosso poder medusado, da nossa abundância virtual, da ausência mútua de uns aos outros (...) Nós, pouco a pouco, nos tornamos funcionais. Vivemos o tempo dos objetos: existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com a sua sucessão permanente (Baudrillard, 2003, p. 16).

O controle que as forças de mercado exercem sobre os cidadãos, passa a ser medido por fatores psicológicos e subjetivos, que se pautam no estímulo a produção incessante de carências e desejos materiais e simbólicos, os quais só podem ser resolvidos dentro das relações de consumo. Tal prática não mais se encontra voltada a atender as necessidades elementares (fisiológicas) da população, mas a conferir status e prestígio social, inclusive a própria noção de felicidade acaba por associar-se as conquistas materiais. “Os indivíduos passam a ser reconhecidos, avaliados e julgados por aquilo que consomem (...)

O próprio indivíduo passa a se auto-avaliar pelo que tem e pelo que consome” (Manual de Educação para o Consumo Sustentável, MMA/MEC/IDEC, 2005, p. 17).

É dessa forma que a interferência da sociedade de consumo, sobre natureza e as relações humanas, toma a sua dimensão mais voraz, reduzindo toda a experiência de vida à mesquinhez dos apelos econômicos dominantes, que mediante a atuação persistente da mídia, aliena os indivíduos de sua verdadeira condição existencial para torná-los escravos das mercadorias e do capital (BAUDRILLARD, 2003, p. 16).

Essa degradação da condição humana, ocasionada pelos descontrole nas relações de consumo e denunciada por Baudrillard no início da década de 80 do século passado, acabou por acarretar, já no final desse período, um quadro de tamanha desigualdade social e deterioração ambiental, que a perspectiva de continuidade de tal modelo tornou-se inviável, pelo fato de que o próprio planeta Terra começa a dar indícios de esgotamento. Além disso, a concentração do poder de consumo em alguns países impõe uma lógica tão devoradora sobre o meio ambiente, que se, porventura, esse padrão fosse eleito como um exemplo a ser adotado por todas as nações do mundo, a Terra seria insuficiente. “Para manter os padrões de consumo da humanidade já é necessário um planeta 30% maior. Esse déficit é mantido por meio da degradação ambiental e da miséria de muitos povos. A economia global está em choque com muitos limites naturais da Terra” (DIAS, 2002, p. 40).

A destruição do ambiente natural nos países do Terceiro Mundo caminha de mãos dadas com o fim do modo de vida tradicional e autosuficiente das comunidades rurais, à medida que os programas da televisão norte-americana e as agências multinacionais de propaganda veiculam imagens glamourosas de modernidade para bilhões de pessoas em todo o mundo, sem deixar claro que o estilo de vida do consumo material infinito é totalmente insustentável (CAPRA, 2002, p. 146-174).

Além da lógica predatória imposta sobre os recursos naturais, o consumismo também gera uma exclusão social gritante. Segundo dados divulgados nos Relatórios do Desenvolvimento Humano de 1998 e 1999, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma parcela

correspondente a 19% (um quinto) da população mundial, residente nos países industrializados, é responsável por usufruir a quase totalidade dos recursos e da produção mundial, dispondo de 86% mercado de consumo. A demanda desse pequeno grupo de pessoas concentra 82% das exportações de bens e serviços, 71% do comércio mundial, 68% dos investimentos estrangeiros diretos, 74% das linhas telefônicas, 58% de toda a energia produzida, 93,3% dos usuários de internet. Enquanto isso, 20% das populações mais pobres do planeta tentam sobreviver com apenas 1% do produto mundial, 1% das exportações e 1% dos investimentos diretos (MMA/PNUD, 2000, p. 14).

Os números ainda vão além, mostrando que a desigualdade de acesso aos recursos, bens e serviços produzidos pelo conjunto da sociedade globalizada reflete um problema crescente e crônico de concentração de renda. “As três pessoas mais ricas do planeta, juntas, detêm ativos superiores ao produto bruto dos 48 países mais pobres, onde vivem 600 milhões de pessoas. Pouco mais de 200 pessoas, detentoras de ativos superiores a U\$S 1 bilhão, juntas, têm mais que a renda anual de 45% dos habitantes do planeta, cerca de 2,7 bilhões de pessoas. Essas pessoas aumentaram seus ativos em 150% em apenas quatro anos”. No caso brasileiro essa realidade mostra-se ainda mais escandalosa. Com mais de 26 milhões de pessoas vivendo na pobreza extrema e com os 10% mais ricos controlando 54% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres dividem 11,6% dos recursos, a sustentabilidade encontra-se em um horizonte cada vez mais distante (MMA/PNUD, 2000, p. 14).

Frente a todos esses indicativos, faz-se cada vez mais urgente a reflexão sobre os rumos e limites da sociedade de consumo, não no sentido de acabar com esta prática, que é necessária enquanto meio de suprir as necessidades vitais dos indivíduos, mas no intuito de propor alternativas ao consumismo exacerbado das sociedades ocidentais modernas, que é não apenas socialmente injusto, como moralmente indefensável e ambientalmente insustentável.

A crise ambiental mostrou que não é possível a incorporação de todos no universo do consumo em função da finitude dos recursos naturais (...) A partir da percepção de que os atuais padrões de consumo estão nas raízes da crise ambiental, a

crítica ao consumismo passou a ser vista como uma contribuição para a construção de uma sociedade sustentável (Manual de Educação para o Consumo Sustentável, MMA/MEC/IDEC, 2005, p. 18-19).

Assim, o primeiro passo para essa mudança parte do reconhecimento dos processos que envolvem as relações de consumo e papel de cada consumidor dentro desse círculo coletivo. Para isso, é importante se considerar a função que o consumo assume dentro das diversas sociedades, pois, antes de ser repellido como uma prática predatória e excludente, deve ser entendido como uma atividade na qual as pessoas exercem suas indenidades (suas escolhas individuais), participam das redes sociais e produzem seus valores. “Quando consumimos, de certa forma manifestamos a forma como vemos o mundo. Há, portanto, uma conexão entre valores éticos, escolhas políticas, visões sobre a natureza e comportamentos relacionados às atividades de consumo” (Manual de Educação para o Consumo Sustentável, MMA/MEC/IDEC, 2005, p. 16).

É nesse sentido que surge o conceito de consumo sustentável, o qual induz à compreensão individual e coletiva de como os hábitos cotidianos exercem sua interferência sobre os recursos naturais e sobre os grupos sociais, o que leva à adoção de posturas políticas alternativas na escolha dos bens de consumo, como forma de reduzir os impactos negativos dessa prática, de forma a torná-la mais sustentável. Para isso, é importante que o consumidor esteja consciente de todas as etapas do processo (produção, distribuição, utilização e descarte final), o qual deve se pautar em relações mais solidárias entre os diversos setores sociais, como produtores, comerciantes e consumidores.

Entender o consumo como uma prática social e política, implica associar esta atividade ao desenvolvimento da cidadania, que carrega em si o conceito de defesa do consumidor. Isso significa considerar também que, fazer valer os direitos assegurados nas legislações vigentes, bem como lutar pela garantia da dignidade humana, é um compromisso que deve ser assumido por todos.

A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de

seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo (Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/90)

Assim, ao perceber as injustiças existentes na sociedade de consumo, o indivíduo consciente do seu papel passa a cobrar maior participação do setor público na promoção de melhores práticas na atividade. O consumidor precisa estar ciente que suas escolhas individuais têm reflexos coletivos, pois não são atitudes isoladas, mas fazem parte de uma organização que envolve diversos setores e atores sociais. Desta forma ele passa a exigir, cada vez mais, a transparência no processo de consumo e a adoção de formas mais sustentáveis não apenas do ponto de vista econômico, mas social e ambiental.

Nem sempre está claro para cada cidadão deste planeta o papel que exerce na sua condição de consumidor, ou seja, no poder político que lhe é conferido em relação às escolhas que faz (...) O desafio da Humanidade reside no fato de que estamos vivendo uma situação única, que exige a construção de uma nova cidadania na qual os direitos e deveres estejam bem articulados entre si. Esta cidadania planetária, em fase de implementação, exige que os cidadãos tenham clareza das suas responsabilidades (FELDMANN, apud TRIGUEIRO, 2003, p. 155-156).

A percepção e a reflexão, por parte de cada um dos cidadãos, de todos os inúmeros problemas sociais e ambientais ocasionados pelo consumismo, deve conduzir a um processo de formação de consumidores conscientes de seu papel para a promoção da cidadania e para a construção de sociedades sustentáveis, ao invés de sociedades de consumo. Para tanto, faz-se necessário uma articulação coletiva, que seja capaz de intervir na esfera política de forma eficiente, o que envolve a atuação em prol da garantia dos direitos dos cidadãos e a defesa pela utilização e distribuição coerente e democrática dos recursos naturais, os quais devem ser reconhecidos como bem comum, de todos, indistintamente.

Capítulo III

DA RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA ORGÂNICA, CONSUMO SUSTENTÁVEL E COMUNICAÇÃO SOCIAL: O VÍDEO-DOCUMENTÁRIO COMO FERRAMENTA PARA O JORNALISMO AMBIENTAL

É certo que o homem precisa primeiro conhecer as coisas para que se decida a melhorá-las. (...) A realidade influi sobre o comunicar e o comunicar influi sobre a realidade.

(BORDENAVE, 2006, p. 10/38)

A obrigação de tolerar, de suportar, dá-nos o direito de saber.

(JEAN ROSTAND, biólogo, filósofo e historiador francês)

Nos capítulos anteriores foram apresentados alguns pontos pertinentes à Agricultura Orgânica e ao Consumo Sustentável. Assim, antes de se estabelecer qualquer tipo de relação entre as três esferas em destaque neste capítulo, é relevante apresentar, inicialmente, algumas considerações sobre a Comunicação Social, com ênfase no Jornalismo e a sua aproximação com a produção audiovisual, por intermédio do vídeo-documentário.

A comunicação é uma necessidade inerente aos seres humanos, sendo uma condição indispensável para a vida em sociedade. É por intermédio dela que os indivíduos se relacionam entre si e, é também por meio dela, que eles exprimem suas compreensões acerca do mundo. A comunicação se dá por um conjunto de signos e significados que, em um primeiro momento, puderam ser transmitidos pela fala, pelos gestos, pelas expressões corporais e faciais, pelos desenhos e pela escrita. Mais adiante, com a descoberta de novos lugares e com o surgimento dos grandes centros urbanos, densamente povoados, as relações em sociedade se tornaram mais complexas, fazendo surgir a demanda por uma comunicação que fosse capaz de transpor as longas distâncias e de informar as grandes massas humanas. Eis que, no século XVIII, nasce a imprensa, tendo como primeiro veículo os jornais.

A partir de meados do século XX, as inovações tecnológicas da Era Industrial possibilitaram o surgimento de outros meios de Comunicação Social,

como: o cinema, o rádio, a televisão e, posteriormente, a internet. O aprimoramento das tecnologias da informação e o impacto dos meios audiovisuais (cinema, televisão e vídeo) fizeram surgir um estudo mais sistematizado desses recursos, sobretudo no que tange ao importante papel assumido por esses veículos na transmissão de informações e visões de mundo, podendo também ser entendido como um produto da Comunicação Social, conforme será defendido mais adiante.

No entanto, apesar de esses meios serem percebidos como forma de divulgar conhecimentos diversos sobre a vida em sociedade, com o avanço do modelo capitalista e das relações de exploração, o conceito de imprensa como uma prática social tem-se convertido, pouco a pouco, em um exercício de domínio ideológico do poder de classes. Os pequenos jornais tornam-se grandes corporações, mantidas para atender os interesses de grupos sociais hegemônicos, exercendo uma enorme força reguladora sobre as camadas populares. Os meios de comunicação passaram, então, a servir não mais para a informação, mas para a alienação dos indivíduos. A comunicação de massa, como ficaria conhecida posteriormente, contribuiu para padronizar os gostos, ditar modas, costumes e regras, tornando-se, assim, o principal instrumento para consolidação da sociedade de consumo.

Esse processo de desenvolvimento de aparelhos e as técnicas de programação e produção foi acompanhado de um tremendo aumento de influência e poder da comunicação na sociedade. O impacto dos meios sobre as idéias, as emoções, o comportamento econômico e político das pessoas, cresceu tanto que se converteu em fator fundamental de poder e de domínio em todos os campos da atividade humana. (...) A comunicação elevou-se ao nível de um dos grandes problemas políticos do mundo. (...) Dentro de cada nação, o controle da comunicação adquiriu suma importância, visto que ela pode estabilizar ou desestabilizar governos (BORDENAVE, 2006, p. 33-34).

As novas e pululantes tecnologias da informação, sobretudo a televisão, a mais popular delas, ao invés de contribuírem para o processo educativo de formação crítica dos cidadãos, acabaram por servirem-lhes do contrário: domesticaram os indivíduos, os quais passaram a ser alvos de manipulação dos anseios das classes dominantes. Essa desarticulação da Comunicação, principalmente do Jornalismo, com a sua função social, tem

colaborado, sobremaneira, para agravar os problemas ambientais e humanos que enfrentam as sociedades atuais, uma vez que os meios de comunicação estão inseridos de tal forma na vida e no cotidiano das pessoas que fica impossível desconsiderar a influência que exercem na opinião e no comportamento dos indivíduos.

(..) se de um lado é ingenuidade supor que o indivíduo se submeta totalmente ao que determinam os meios de comunicação de massa, por outro não se pode deixar de considerar que eles atuam decisivamente na estrutura social, criando necessidades e motivações, reforçando padrões culturais e sociais, e interferindo na ação política (RAMOS, 1996, p. 24).

O mascaramento da maior parte das informações produzidas tem atuado em prol de conduzir os indivíduos ao consumo desenfreado e descompromissado com qualquer forma de preocupação social e ambiental.

(...) ao mesmo tempo em que desempenha um papel de elemento de ligação nos esforços para a constituição de uma base de entendimento comum diante das diferentes leituras sobre o ambiente, a comunicação de massa é responsável tanto pela omissão quanto pela difusão indiscriminada de mensagens ambientais. E, o que é mais grave, muitas dessas mensagens, de forte apelo persuasivo, refletem interesses meramente corporativos e não coletivos, como se deveria supor, uma vez que o meio ambiente engloba toda a coletividade (RAMOS, 1996, p. 30).

No entanto, por mais que a grande mídia tenha destinado esforços constantes no sentido de favorecer o *status quo* da insustentabilidade do planeta, é inegável o papel que esta pode desempenhar no sentido inverso: o da formação de cidadãos conscientes, de sociedades justas e de ambientes mais equilibrados para a vida. Assim, a construção de um mundo sustentável passa, necessariamente, pela reavaliação e reestruturação dos seus canais e processos de comunicação.

Em se tratando dessa profusão de informações relacionadas à temática ambiental, que no Brasil ganham maior destaque, sobretudo, após a realização da Rio-92, há que se enfatizar a participação da atividade jornalística em especial dentro do universo da comunicação social. Quanto a isso é importante se avaliar, sobremaneira, qual tipo de enfoque sobre o

ambientalismo o jornalismo tem privilegiado na divulgação para o grande público e de que forma essa atividade tem contribuído para a reflexão das questões ambientais, uma vez que tais aspectos encontram-se diretamente relacionados ao modo como as pessoas têm percebido e se posicionado frente aos inúmeros problemas das sociedades modernas.

Em sua série de pesquisas intitulada “O que os brasileiros pensam do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável”, a historiadora e ambientalista, Samyra Crespo, mostrou que o entendimento da sociedade sobre meio ambiente ainda não é nada satisfatório. Crespo aponta várias deficiências com relação à percepção da opinião pública sobre as questões ambientais, dentre as quais se destacam três (apud TRIGUEIRO, 2003, p. 59-73).

A primeira delas se refere à visão limitada de natureza, “romântica”, que considera como parte desta somente a fauna e flora, ficando os seres humanos excluídos deste contexto. A segunda diz respeito ao distanciamento existente entre a “consciência” ambiental e a prática, ou seja, para a maioria dos indivíduos, ter conhecimento dos problemas do meio ambiente não implica necessariamente a mudança de hábitos cotidianos. “Há uma defasagem entre a simpatia que a população diz ter pelo meio ambiente, afirmando inclusive ser a natureza sagrada, e o modo como a tratam (de maneira quase hostil) no seu cotidiano” (CRESPO apud TRIGUEIRO, 2003, p. 59).

A terceira, que, na verdade, nada mais é do que uma consequência das anteriores, remete ao fato de o ambientalismo brasileiro ainda se encontrar fortemente vinculado às atitudes comportamentais extremamente individualistas e pouco coletivas, pressupondo tímidas mudanças frente à resolução da complexidade dos problemas ambientais (CRESPO apud TRIGUEIRO, 2003, p. 73).

Ainda com relação a essa questão a pesquisadora afirma:

(..) pode-se afirmar com segurança que o enfrentamento de problemas ambientais não é prioridade para os brasileiros, e sim para parte das elites informadas, modernas e modernizantes, antenadas com as tendências de pensamento e comportamento globais. Para a nossa população, problemas como desemprego, violência, carências de saúde e educação são prioridades (apud TRIGUEIRO, 2003, p. 71).

Ao se observar estes dados, fica fácil identificar a atuação do jornalismo na construção e disseminação de tais idéias, uma vez que ele se apresenta como a principal ferramenta de formação da opinião pública. Apesar da crescente visibilidade alcançada pelas questões ambientais na mídia, esta tem contribuído muito pouco para constituição de cidadãos conscientes e atuantes em prol da sustentabilidade do planeta. A abordagem ambiental no jornalismo tem em grande parte se reduzido a sensacionalismo e alarmismos, pautados em visões e compreensões superficiais do meio ambiente, que muito pouco esclarecem a profundidade e complexidade dos problemas. Grande exemplo disso tem sido presenciado na espetacularização das catástrofes ambientais, pelas coberturas massivas e redundantes, mas extremamente factuais, bem como na infinidade de programas relacionados à vida silvestre e à exuberância da Floresta Amazônica.

Quanto a essa última questão, Trigueiro faz a seguinte observação:

O fato é que reduzir o meio ambiente à fauna e à flora é, definitivamente, um erro de grandes proporções. E esse é um ponto fundamental na área da comunicação, porque obriga os profissionais de mídia a perceberem a realidade de uma forma inteiramente nova e, sob alguns, aspectos, revolucionária: no mundo moderno, onde o conhecimento encontra-se fragmentado, compartimentado em áreas que muitas vezes não se comunicam, a discussão ambiental resgata o sentido holístico, o caráter multidisciplinar que permeia todas as áreas do conhecimento, e nos induz a uma leitura da realidade onde tudo está conectado, interligado, relacionado (TRIGUEIRO, 2003, p. 78).

A rapidez, a factualidade, a falta de precisão e de contextualização das informações produzidas no noticiário diário são outros fatores que depõem contra o bom exercício da atividade jornalística no que tange a divulgação das questões ambientais.

(...) o especialista tende a ficar isolado no seu gueto, falando para os pares, afastando o público leigo dos assuntos sobre os quais exerce pleno domínio. Na outra ponta, a simplificação dos conceitos, que facilita a vida do jornalista, pode comprometer a essência da informação que se quer divulgar (...). É essa avalanche de informações que perturba nossa

capacidade de discernir e entender a complexidade do mundo moderno com um olhar sobre aquilo que é essencial (TRIGUEIRO, 2003, p. 78-80).

Compreender as questões ambientais e dar-lhes a justa significação e importância pressupõe romper com muitos paradigmas da sociedade atual. No caso do jornalismo isso também não é diferente. Para trabalhar com a complexidade ambiental o jornalista precisa romper com muitos padrões até então aceitos como inquestionáveis dentro do exercício da profissão, como o caso da neutralidade no tratamento das informações, inclusive mesmo porque isso até o presente momento se apresenta mais como uma teoria caduca do que como uma prática de fato.

O jornalismo ambiental quebra o dogma da imparcialidade, tão propalada e discutida nos cursos de comunicação, ao tomar partido em favor da sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais, do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza, do transporte coletivo, da energia limpa, dos três 'erres' do lixo – reduzir, reutilizar e reciclar – e de tudo aquilo que remeta à idéia de um novo modelo de civilização que não seja predatório e suicida, onde o lucro de poucos ainda ameaça a qualidade de vida de muitos e os interesses dos consumidores se sobrepõem aos interesses dos cidadãos (TRIGUEIRO, 2003, p. 88-89).

A percepção da crise vivenciada pelos padrões atuais de comunicação, a qual tem contribuído substancialmente para a repercussão e manutenção da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento das sociedades modernas, conduz os olhares para uma nova perspectiva de construção da informação, que esteja mais condizente com a complexidade dos problemas, agora não mais locais e regionais, mas globais. Essa reflexão impõe ao jornalismo de forma especial o imperativo e a emergência de se aliar às questões ambientais, não de modo descompromissado, mas engajado e responsável, como prerrogativa indispensável ao alcance da sustentabilidade, uma vez que, como o jornalista André Trigueiro aponta, “não é mais possível explicar o mundo em que vivemos sem considerar os impactos crescentes de uma mídia cada vez mais onipresente, sofisticada e instantânea” (TRIGUEIRO, 2003, p. 75).

É a partir desta discussão que o presente projeto foi desenvolvido. Utilizando como pano de fundo a polêmica sobre os padrões convencionais de agricultura, no que tange a insustentabilidade por ela ocasionada, assunto que perpassa, necessariamente, pela questão da irracionalidade dos modelos atuais de consumo, foi realizado um projeto experimental de vídeo documentário com o intuito de colocar em pauta tais problemáticas e apresentar-lhe um caminho alternativo. É, sobretudo, neste último aspecto que o argumento norteador da elaboração deste trabalho foi construído. Partindo da ótica da agricultura orgânica, a qual pressupõe, por sua vez, uma outra lógica de produção agrícola, mais voltada para a promoção da sustentabilidade e para o consumo consciente, esse projeto pretende prestar uma contribuição jornalística às questões ambientais, servindo como uma ferramenta de divulgação de informações, que estejam comprometidas com a melhoria da sociedade como um todo.

Nos últimos anos a distância entre os países pobres e ricos, principalmente no que se refere ao acesso às inovações técnicas, à distribuição de renda, à padrões de consumo e a endividamento externo, tem agravado os problemas sociais e ambientais (...) Nessa visão, a questão do desenvolvimento sustentável torna-se cada vez mais complexa, exigindo sempre novas metodologias e tecnologias de informação, educação e capacitação. Portanto, é importante também que a comunicação audiovisual seja colocada a serviço da valorização do saber, da sustentabilidade e da capacitação popular (WOHLGEMUTH, 2005, p. 11).

É importante destacar, que o documentário, enquanto ferramenta audiovisual, tem suas origens fundamentadas no “cinema verdade”, também conhecido como “cinema direto”, teorizado pelo cineasta russo Dziga Vertov, durante as primeiras décadas do século XX. Ele é um gênero cinematográfico marcado pelo compromisso com a exploração fiel da realidade, atuando a favor de uma representação mais verdadeira do mundo, o que confere ao estilo certa proximidade com a abordagem jornalística (RAMOS, 2005; BRASIL, 1995). A sua história tem início, em 1922, com a exibição do filme de Robert Flaherty, *Nanook do Norte*, cujo enredo narra a luta pela sobrevivência de uma família de esquimós.

No entanto, os estudos sobre o gênero remontam à Inglaterra da década de 1930, cuja primazia é concedida ao escocês John Grierson, fundador da Escola Britânica de Documentários, que tinha como preocupação principal a construção do cinema como instrumento educacional e capaz de promover a cidadania. No decorrer de sua história o documentário irá cumprir a função de “registrar a vida das pessoas e os acontecimentos do mundo de modo diversos” (PENAFRIA, 1998). É justamente essa perspectiva do documentário que se pretende atender com a execução deste trabalho.

O cinema documentário é a nova educação e só terá sentido se colocado a serviço do povo, é a posição de Grierson. (..) Para Grierson, o cinema terá a tarefa de integrar o trabalhador e o cidadão no conjunto social (BERNARDET, 2000, p. 57).

Entretanto, um conceito mais recente de documentário, que ganha maior destaque em meados da década de 1970, encontra-se fundamentado no surgimento das mídias digitais audiovisuais, dentre as quais se destaca o vídeo. Tendo uma definição conceitual bastante próxima do documentário cinematográfico, o vídeo-documentário se diferencia, sobretudo, pelo seu formato, sua forma de produção, seu alcance e pela função social que exerce. Assim, aspectos referentes à informação, educação, capacitação, comunicação recreação e manipulação estão entre as potencialidades oferecidas pelo vídeo (WOHLGEMUTH, 2005, p. 29).

Os objetivos do vídeo vão da informação alternativa até processos sistemáticos de ensino-aprendizagem, passando pela valorização da cultura popular, pela transferência da capacidade de emissão aos despossuídos dessa capacidade e, principalmente, pelo incremento da reflexão crítica sobre a realidade. Ou seja, o vídeo normalmente se posiciona como instrumento de democratização da sociedade (WOHLGEMUTH, 2005, p. 31).

É devido a sua capacidade de reflexiva e crítica de aspectos da realidade que se justifica a escolha do vídeo como instrumento de divulgação da Agricultura Orgânica, uma vez que esta pressupõe, justamente, um olhar questionador sobre os modelos atuais de produção agrícola. Além disso, outro aspecto relevante, diz respeito ao alcance e popularidade deste recurso

audiovisual, enquanto ferramenta da comunicação, capaz de transmitir uma informação mais acessível ao público.

Como a percepção do ser humano sobre o mundo exterior é proveniente, em grande parte, da visão e da audição, as mensagens audiovisuais possuem uma grande capacidade de transmissão de conteúdos, podendo ser utilizadas mesmo em setores sociais de alto padrão cultural (WOHLGEMUTH, 2005, p. 11).

Assim, tendo como base a vertente documental do vídeo, este projeto firmou-se na apresentação de um aspecto da realidade, como forma de defesa de um ponto de vista alternativo ao convencional. Esta posição encontra subsidio na idéia de que o documentário deve sempre adotar um postura crítica em relação a toda forma de verdade que se apresenta como unanimidade.

O documentário, entre as inúmeras tendências audiovisuais, pode então passar a ser considerado como uma das adaptações culturais desenvolvidas na evolução da espécie humana, onde a questão do Conhecimento e da Realidade assume posição destacada (...) A atividade documentária não pode estar baseada em uma pretensa neutralidade, ela deve ser crítica diante de seu próprio fazer (GODOY, 2002, p. 19/21).

Esse conceito de aproximação com o real, incorporado à definição do documentário – conforme se pode observar na citação de Teixeira, na qual afirma que “no campo das práticas audiovisuais, o documentário, repetidas vezes, foi codificado enquanto um domínio dos mais propícios à manifestação da vida como ela é” (2004, p. 13) – também se encontra reiterado na atividade jornalística, cuja relação de proximidade ocorre especialmente com o jornalismo televisivo. Isso se deve ao fato de que a teoria do jornalismo, em seus aspectos mais gerais, ou o coloca como reflexo direto da ‘verdade’ dos fatos, conceito presente na “crença de que as notícias refletem a realidade”, isto é, o jornalismo é o “espelho do real”; ou o apresenta como fruto de uma “construção social de uma suposta realidade” (Pena, 2005, p. 125-128). Todos esses aspectos, intrínsecos à concepção da prática jornalística, encontram-se também presentes na própria concepção do documentário.

Acompanhando suas questões de base, pôde-se traçar um itinerário, sinuoso, sem dúvida, que vai da visão do documentário como espelho do real (mímesis), como transformação dele (desconstrução), até, e justo num momento em que o real parecia impossível em sua fuga pelas realidades virtuais, às proposições que repõem no documentário sua consistência de traço do real (lógica indiciária) (TEIXEIRA, 2004, p. 61)

Percebe-se, no entanto, que, em qualquer uma dessas fórmulas, a função e o relato jornalísticos, em seus conceitos mais legítimos, se orientam no sentido de buscar uma imparcialidade no tratamento dos acontecimentos, os quais devem conter “um saber de narração baseado em método científico que garante o relato objetivo dos fatos” (Pena, 2005). O jornalismo, no entanto, faz-se necessário como instrumento de promoção da cidadania, que seja capaz de favorecer, sobremaneira, os processos de consolidação e o aperfeiçoamento do espaço público (Pena, 2005).

A aproximação do jornalismo, com a produção audiovisual, por intermédio do documentário, que perpassa pela atividade cinematográfica, de uma forma geral e pelo vídeo, de forma mais particular, é, no entanto, algo que se pretendeu explorar neste presente trabalho. Assim, a temática escolhida para balizar essa articulação foi, justamente, a do meio ambiente, por se entender que o cinema e o vídeo representam uma importante ferramenta de divulgação, reflexão e discussão da problemática ambiental.

O cinema, antes de tudo, é um poderoso instrumento de ação sobre o inconsciente, independente de querer ou não manipulá-lo. (...) O cinema pode gerar uma relação romântica com a natureza, mas também pode ser o poderoso instrumento de consciência da degradação ambiental que ameaça até mesmo a continuidade da aventura humana (PENNA, Hermano apud LEÃO, 2001, p. 60).

Ainda sobre a relação entre o audiovisual e a ecologia, o cineasta Jorge Bodansky pontua:

A questão ecológica passa primeiramente pela questão da educação; você preserva, você só tem amor por aquilo que conhece. Então, o ponto fundamental dessa questão é o conhecimento, a educação. E para que alguém conheça as

coisas, o cinema, o vídeo, a internet são fundamentais (apud LEÃO, 2001, p. 61).

E, é justamente no intuito de apresentar uma contribuição jornalística à causa ambiental, usando como ferramenta o vídeo documental, que foi desenvolvido o projeto a seguir. A consideração da eficiência e impacto dos recursos audiovisuais no campo da comunicação se constituiu na grande motivação para a realização do presente trabalho, o qual se trata de um vídeo documentário sobre a Agricultura Orgânica (AO), aqui apresentada como instrumento capaz de promover o Consumo Sustentável. Neste sentido, o princípio que orientou a construção deste projeto partiu da idéia defendida por Teixeira, a qual afirma que “a visão do documentário como uma espécie de ação comunicativa que escava no outro distanciando um interlocutor possível vem ganhando um espaço significativo” (TEIXEIRA, 2004, p. 63).

Os documentários são produzidos para capturar fragmentos da realidade, fazer um tratamento criativo dessa realidade, a interpretação das imagens e sons gravados e a seleção de um assunto importante que ser esclarecido (...) Um documentário deve ser produzido para fazer alguma diferença, ganhar uma discussão ou resolver uma questão assunto socialmente importante (MUSBURGER, 2008, p. 121-122).

Desta forma, a partir do pressuposto outrora exposto de que a agricultura convencional tem sido reconhecida como uma das maiores fontes de propagação da poluição ambiental, em seus mais diversos aspectos, e que a mudança de tal modelo depende em grande medida da ação consciente e engajada dos consumidores em prol da melhoria da qualidade ambiental, social e nutricional dos alimentos, o vídeo pretende ser, pelo papel de destaque que assume dentro da comunicação social, uma contribuição à divulgação da AO e uma ferramenta de informação e afirmação do papel dos cidadãos frente a esse processo.

Nos últimos anos o vídeo assumiu um lugar de meio de comunicação perfeitamente apto aos trabalhos de produção a nível grupal e individual, permitindo uma série de trabalhos de expressão, criação e documentação que multiplicou consideravelmente o número de produtos audiovisuais, fazendo com que inclusive os não-profissionais tivessem acesso à atividade (SANTORO, 1989, p. 18).

É importante destacar ainda que grande parte da intervenção da mídia encontra-se orientada no sentido de favorecer, como já fora anteriormente mencionado, a sociedade de consumo. Em outras palavras, isso implica dizer que os meios de comunicação atuam de forma bastante contundente a favor da manutenção do padrão técnico moderno, ou seja, estão a serviço dos grandes empreendimentos, os quais imprimem um rastro de aguda destruição ambiental e social, como o agronegócio.

Devido à enorme influência desta que se costuma chamar de Quarto Poder, a mídia, sobre os valores e modos de vida da sociedade, fica praticamente impossível efetivar qualquer mudança em sua estrutura sem que se inclua a participação da comunicação. No caso da Agricultura Orgânica, a relação com os meios de comunicação, torna-se de fundamental necessidade à medida que possibilita o esclarecimento e a discussão sobre os problemas existentes por trás da produção de alimentos, ao passo que favorece a divulgação das perspectivas de sustentabilidade propostas pela AO. Neste caso específico, o vídeo pode apresentar uma grande contribuição, dada a sua capacidade de veiculação de informações que se opõem àquelas amplamente difundida pela mídia tradicional.

No início da década de 70 o vídeo passa a ser entendido, por sua potencialidade, como um instrumento de contra-informação, isto é, que pode opor à informação hegemônica, veiculada pelos meios de comunicação de massa, uma outra verdade, uma outra informação que venha preencher a lacuna deixada por esses meios pela omissão ou tratamento superficial de temas que questionem as relações de poder estabelecidas (SANTORO, 1989, p. 23).

Coloca-se em questão, neste sentido, a importância dos meios de comunicação para a formação de consumidores mais conscientes de sua cidadania, de seu papel político. Nisto deve se pautar os princípios da comunicação ambiental: divulgar os modelos convencionais e apontar soluções sustentáveis. No que tange a produção de alimentos cabe à comunicação, principalmente ao jornalismo, desvelar em que medida a divulgação midiática com relação aos problemas da agricultura tem sido fiel a realidade, ou em que

medida ela tem comprometido essa compreensão em prol de atender os interesses particulares da elite produtora.

A abundância, e não a escassez, é a palavra que melhor descreve a produção de alimentos no mundo atual. No decorrer dos últimos trinta anos, o aumento da produção global de alimentos superou em 16 por cento o aumento da população mundial (...) As causas radicais da fome no mundo não têm relação alguma com a produção de alimentos. São a pobreza, a desigualdade e a falta de acesso aos alimentos e à terra. As pessoas ficam com fome porque os meios de produção e distribuição de alimentos são controlados pelos ricos e poderosos. A fome no mundo não é um problema técnico, mas político. Quando os executivos das empresas agroquímicas afirmam que a fome continuará a menos que a biotecnologia mais recente seja adotada, eles ignoram as realidades sociais e políticas (CAPRA, 2002, p. 186-187).

Apesar da produção alimentar já ter superado, há muito tempo, a demanda populacional por alimentos, o discurso predominante utilizado para justificar o incentivo à utilização de métodos artificiais na agricultura, como forma de aumentar a sua produtividade, continua a ser o da necessidade de suprir a fome no mundo. A pergunta, no entanto, é: até onde chegará essa farsa? Até que ponto os meios de comunicação devem continuar a reproduzir esse equívoco? Onde está a ética humana, social e ecológica nisto tudo? É necessário que a comunicação comece a fazer essas perguntas, para que, assim, possa atuar na construção de um mundo mais habitável, antes que os problemas se tornem irreversíveis, sobretudo, para os seres humanos.

Considerações finais

Após terminada a presente pesquisa e o processo de realização do documentário, que em certa medida também teve uma importância investigativa, foram levantadas algumas problemáticas com relação a temática trabalhada. Devido ao fato de a Agricultura Orgânica ser um acontecimento ainda incipiente no Brasil, sobretudo em Goiás, o aprofundamento de sua discussão encontra-se ainda bastante restrito ao campo acadêmico. A difusão dessa corrente está apenas começando e são poucas as pessoas que têm acesso a esse tipo de informação.

Entendendo que o movimento orgânico só terá sucesso de fato na medida em que conseguir chegar ao acesso da maior parte da população, inclusive aquelas menos favorecidas financeiramente, a execução de ações que favoreçam a difusão do consumo desse tipo de alimentos faz-se cada vez mais urgente, uma vez que o modelo convencional de agricultura tem-se mostrado profundamente insustentável em todos os aspectos.

Neste sentido, o grande desafio imposto para o avanço da Agricultura Orgânica encontra-se em estimular a formação de consumidores conscientes, os quais possam atuar em favor da sustentabilidade das relações agrícolas e, assim, pressionar os governos a investirem nessa produção. Todavia, fica praticamente impossível realizar tal mudança sem se considerar a participação dos meios de comunicação. Inclusive uma das maiores reivindicações dos produtores e consumidores de orgânicos diz respeito à falta de divulgação do movimento orgânico e a falta de interesse por parte da mídia.

O jornalismo, de forma especial, muito pouco tem contribuído para essa questão. Contudo, a urgência da problemática ambiental precisa ser colocada em pauta. A percepção, tantas vezes reiterada neste presente trabalho, de que a agricultura tem sido vista como uma das maiores fontes de disseminação da poluição ambiental, impondo não somente custos elevados para a natureza como também para os seres humanos, precisa receber um olhar um pouco mais cuidadoso por parte dos cidadãos e das autoridades desse país. E, neste sentido, parece não restar dúvidas de que a comunicação tenha a sua frente um honroso papel e uma importante tarefa.

Enquanto um trabalho acadêmico da área de Comunicação Social, do curso de Jornalismo, este trabalho visa também chamar a atenção para a necessidade de se incentivar e ampliar essas discussões no espaço acadêmico, não só com relação ao problema específico da agricultura, mas do meio ambiente de uma forma geral. O que precisa ser entendido, no entanto é que toda esta problemática não é mais uma questão de simples romantismo, que impõe uma visão ingênua e puritana da natureza, mas é uma questão política, e como tal deve ser percebida com a profundidade e complexidade que lhe é inerente.

Falar de agricultura, nos termos atuais, é considerar questões sociais, ecológicas e culturais sérias e entender que os problemas atuais são complexos e encontram-se todos interligados. Não é mais possível tentar olhar por um ângulo apenas, uma vez que hoje a realidade se apresenta de forma global e sistêmica, e, em diferentes escalas, afeta a todos, diz respeito a todos. Este é o momento de questionar os valores e as estruturas altamente deturpadas da sociedade capitalista global, cada vez mais excludente e destruidora.

A comunicação precisa se apropriar também dessa discussão. Ela não pode se limitar à reprodução dos acontecimentos, devendo ser um instrumento que possibilite a análise crítica à sociedade em crise. E, afóra os idealismos e romantismos, que em certa medida também são importantes, é, sobretudo, nisto que se pauta o movimento ambiental.

É justamente com o intuito de apresentar uma contribuição da comunicação em geral, e do jornalismo em particular, a complexidade da questão ambiental que este trabalho foi realizado. Com certeza esta é apenas uma pequena introdução a este campo, uma forma de mostrar como a comunicação pode somar a essa causa, uma vez que não só serve para reproduzir as ideologias dominantes, mas, principalmente para questioná-las, sobretudo, quando refletem a injustiça e a desumanidade.

Assim, a idéia desse vídeo foi concebida a partir da percepção de que o tema em questão está apenas no começo de sua história, não só em Goiás, como no Brasil, e que a divulgação do assunto, apesar de crescente, ainda é de acesso a poucas pessoas. Ele é, portanto, apenas uma apresentação geral da problemática da agricultura convencional e das perspectivas da Agricultura

Orgânica. Pretende ser, uma ferramenta que possibilite um maior aprofundamento da discussão, a qual deve ser travada junto à comunidade de uma forma geral. Assim, é apresentado, como produto final deste trabalho, um vídeo documentário de aproximadamente 10 minutos sobre Agricultura Orgânica em Goiás, como forma de incentivo ao Consumo Sustentável.

Bibliografia

AZEVEDO, Elaine. *Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de Saúde humana, ambiental e social.* Tubarão: Ed. Unisul, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo.* Tradução Artur Lopes Cardoso. Portugal: Edições 70, 2003. [Coleção Arte & Comunicação].

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema.* São Paulo: Brasiliense, 2000. - (Coleção primeiros passos).

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é comunicação.* São Paulo: Brasiliense, 2006. - (Coleção primeiros passos).

BRASIL. Agenda 21 Brasileira – Bases para discussão/ por NOVAES, Washington (coord.) RIBAS, Otto e NOVAES, Pedro Costa. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

BRASIL. Conflitos no Campo – Brasil 2007 (coord.: CANUTO, Antonio, Luz, Cássia Regina da Silva, AFONSO, José Batista Gonçalves & SANTOS, Maria Madalena. Goiânia: CPT Nacional, 2007.

BRASIL. *Consumo sustentável: manual de educação.* Brasília: Consumers International/MMA/MEC/IDEC, 2005.

BRASIL, Umbelino. *O filme documentário como “documento da verdade”.* In: Olho da História: revista de história contemporânea. Salvador: Jorge Nóvoa, Nov/1995.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.* Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARSON, Rachel L. *Primavera Silenciosa.* Tradução Raul de Polillo. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

DAROLT, Moacir Roberto. *Agricultura Orgânica: inventando o futuro.* Londrina: IAPAR, 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. *Iniciação à temática ambiental.* São Paulo: Gaia, 2002.

GODOY, Hélio. *Documentário, realidade e semiose: os sistemas audiovisuais como fontes de conhecimento.* São Paulo: Annablume, 2002.

International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM) & Bonn, Germany and Research Institute of Organic Agriculture (FiBL). *The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2008.* Switzerland: Frick, 2008.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. *A reconstrução ecológica da agricultura.* Botucatu: Agroecológica, 2001.

LEÃO, Beto. *O cinema ambiental no Brasil.* Goiânia: AGEPEL, 2001.

LOVELOCK, James. *A vingança de Gaia. Tradução de Ivo Korytowski.* Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

MUSBURGER, Robert B. *Roteiro para mídia eletrônica: TV, rádio, animação e treinamento corporativo.* Tradução de Natalie Gerhardt. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo.* Rio de Janeiro: Contexto, 2005.

PENAFRIA, Manuela. *Unidade e diversidade do filme documentário.* Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998.

RAMOS, Fernão (org.). *Teoria contemporânea do cinema: documentário e narrativa ficcional.* Vol. II. São Paulo: Senac, 2005.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. Meio ambiente e meios de comunicação. São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 1995. – (Selo Universidade).

SANTORO, Luiz Fernando. A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil. São Paulo: Summus, 1989.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. *Documentário no Brasil: tradição e transformação.* São Paulo: Summus, 2004.

TRIGUEIRO, André (org). *Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.* Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

WOHLGEMUTH, Julio. *Vídeo educativo: uma pedagogia audiovisual.* Brasília: Senac, 2005.

Sítios eletrônicos:

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico). www.agricultura.gov.br Acessado em: 18 maio de 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. Programa de Agroecologia. www.mda.gov.br/saf Acessado em: 18 de maio de 2008.

BRASIL. Agência Brasil. www.agenciabrasil.gov.br. Acessado em: 24 de maio de 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Diretrizes para Atenção Integral à Saúde do Trabalhador de Complexidade Diferenciada: Protocolo de Atenção à Saúde dos Trabalhadores Expostos a agrotóxicos.* Brasília/2006. www.saude.gov.br. Acessado em: 24 de maio de 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br. Acessado em: 29 de abril de 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Brasília: MMA/PNUD, 2000. www.mma.gov.br. Acessado em 24 de maio de 2008.

Anexo I

PROJETO DOCUMENTÁRIO AMBIENTAL

TEMA

Os modelos alternativos de agricultura sustentável. Um olhar sobre a Agricultura Orgânica e a importância do Consumo Consciente.

Objetivo

Realizar um vídeo-documentário de curta metragem (10 a 15 minutos), em formato digital, sobre os caminhos da Agricultura Orgânica em Goiás. Este vídeo será feito com baixo custo no que se refere à questão da infra-estrutura tecnológica, com a utilização dos equipamentos audiovisuais da Faculdade de Comunicação de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (FACOMB/UFG) e da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Centro Cultural Eldorado dos Carajás. O documentário não possui fins lucrativos e será apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo – da referida instituição de ensino superior e disponibilizado em suporte DVD.

Justificativa

O aumento da população mundial e os processos acelerados de urbanização têm contribuído para o avanço da pressão sobre a demanda de alimentos. Estima-se que atualmente cerca de metade da população mundial viva nos grandes centros urbanos. Na América Latina esse percentual sobe para 75% e no caso brasileiro, dados do IBGE apontam para um índice de 81,23% da população vivendo nas grandes cidades. Esse processo contribui para que os consumidores tenham pouca ou nenhuma relação ou controle sobre a produção de alimentos.

A crescente demanda da população, sobretudo a urbana, sobre a produção agrícola tem contribuído para a consolidação da indústria alimentícia. Ela tem se valido cada vez mais de práticas artificiais para aumentar a produtividade agropecuária, abusando do uso de fertilizantes e de pesticidas químicos, da manipulação genética, da irrigação e de hormônios. Essas

práticas não só favoreceram o aumento da produtividade e dos lucros do setor, como têm causado sérios danos ao meio ambiente e aos seres humanos.

Mediante esse quadro de imenso desgaste da natureza e de comprometimento da saúde humana em função de práticas agrícolas predatórias, a conscientização dos consumidores quanto à origem dos produtos que consome e a importância de seu papel na produção de alimentos sustentáveis fazem-se cada vez mais necessárias. Ele “deve levar em consideração a qualidade e a pureza dos alimentos, a sustentabilidade – social e ecológica – dos métodos empregados na sua produção e os problemas e desigualdades existentes na sua distribuição” (Manual de Educação para o Consumo Sustentável, p. 45).

Nesse contexto a agroecologia aponta um caminho para a consolidação de uma agricultura sustentável. A agroecologia, que tem na agricultura orgânica seu principal expoente, encontra-se pautada nos princípios de preservação da biodiversidade, na conservação da superfície do solo, na utilização eficiente da água e da luz, na justiça social, com a geração de emprego e renda, na promoção da educação e da qualidade de vida, no estímulo ao cooperativismo e associativismo e no favorecimento à agricultura familiar.

Por outro lado, é importante se destacar aqui o fato de que é cada vez crescente o número de pessoas interessadas em consumir produtos mais saudáveis. Se por um lado as questões ambientais no Brasil ainda não são tão sensíveis à população, como se desejaria, a preocupação com a saúde é uma recorrente entre os indivíduos. Na pesquisa feita por Crespo, ficou identificado que mais de 80% das pessoas se interessam em consumir produtos feitos de maneira ambientalmente correta. Com relação aos alimentos orgânicos o percentual de pessoas motivadas a consumir esse tipo de produto foi de 73%. Esses dados devem ser considerados relevantes para a divulgação e promoção da Agricultura Orgânica, uma vez que o interesse do consumidor é fator determinante para o sucesso desse tipo de produção.

(...) padrões de consumo estão mudando, não tanto por fatores ligados à ‘consciência ambiental’, mas à expansão da idéia de que qualidade de vida implica em hábitos mais saudáveis. (...) Possivelmente fortalecer os laços entre fatores

que determinam melhor a qualidade de vida, saúde e meio ambiente seja mais eficiente do que os apelos a uma consciência que busque estabelecer uma certa essencialidade na natureza ou um valor demasiadamente econômico aos recursos naturais (CRESPO apud TRIGUEIRO, 2003, p. 69).

Assim, o documentário a ser produzido tem como finalidade estabelecer a relação dos consumidores da cidade de Goiânia com a produção de alimentos e desta com a produção orgânica. A intenção é contribuir para o processo de formação de consumidores conscientes e capazes não apenas de intervir na produção agrícola tradicional como contribuir para a construção de uma agricultura sustentável. O vídeo deverá mostrar qual o grau de compreensão e comprometimento dos consumidores com o assunto e apresentar as alternativas da produção orgânica.

A produção deste documentário visa cumprir seu papel dentro da comunicação social e dentro da discussão e divulgação da produção orgânica regional. Como já fora mencionado no último capítulo deste trabalho, o documentário tem o objetivo de fazer um recorte de algum aspecto da realidade com o objetivo de esclarecer algum assunto que apresente uma relevância para a sociedade (MUSBURGER, 2008, p. 121-122). O tipo de documentário produzido neste projeto é o de compilação.

Trata-se de uma compilação de todo o material possível para ilustrar a questão em debate, por meio de pontos altos e baixos da vida de uma personalidade ou de um assunto social. Em geral, cenas de arquivo e de noticiários, fotográficas e entrevistas são editadas a fim de contar a história (MUSBURGER, 2008, p. 125).

O projeto

A realização do vídeo-documentário terá a duração de aproximadamente seis meses. Durante esse período deverão ser realizadas as atividades de pesquisa, clipping e mapeamento da agricultura orgânica no estado goiano e as suas perspectivas gerais, além da realização das entrevistas, da captação de imagens e da edição. Serão utilizados como fontes do presente projeto a Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica em Goiás (ADAO/GO) e material captado em entrevistas com representantes dos

diversos setores envolvidos, tais como: produtores, consumidores, autoridades ligadas ao setor agrícola, comerciantes de produtos orgânicos, dentre outros, bem como imagens de arquivo de telejornais sobre o assunto.

O produto apresentado trata-se de um documentário de formato curto, cuja duração será de aproximadamente 10 min. Antes de serem iniciadas as gravações foi realizada uma pesquisa (a qual se encontra contemplada nos capítulos anteriores), a partir da qual foi montado o espelho de roteiro apresentado no anexo a seguir. No entanto, esse roteiro foi apenas uma orientação para a fase de gravação, sendo que houve algumas alterações durante esse processo. Após as gravações deu-se início a etapa de edição, que também implicou em algumas mudanças no roteiro original.

ANEXO II

ROTEIRO

(Espelho)

O roteiro apresentado a seguir será usado para a realização do vídeo-documentário “Fome de quê?”, cujo tema versa sobre as perspectivas das práticas alternativas de agricultura e de hábitos alimentares da população goianiense, sob o enfoque da Agricultura Orgânica. O objetivo do vídeo é trabalhar a questão do consumo consciente, por meio da divulgação de ações, individuais e coletivas, que refletem a preocupação com uma alimentação de saudável e sustentável.

O presente roteiro será estruturado em planos de imagens ou seqüências, com montagens fotográficas, filmagens e depoimentos dos diversos atores envolvidos com causa em questão.

Documentário: Fome de quê?

Roteiro e direção: Luciana Lima

Produção: FACOMB

Seqüência 1

B.G. 1: música Comida – Titãs (sugestão)

Cartela 1: sobre fundo preto, digita-se/ surge sucessivamente, em letras brancas:

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (Lei n. 11.346/2006) adverte:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. A adoção dessas políticas e ações

deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais. (Fade in)

Seqüência 2

Imagens de agricultura e alimentação convencional:

B.G.1: continua anterior

- cenas de Arquivo de jornais e telejornais e de banco de fotografias: imagens de plantação de soja e cana, trabalho escravo em lavouras, agrotóxicos e fertilizantes, alimentos apodrecendo em armazéns, mesa com fatura, crianças desnutridas, pessoas obesas...
- Treveling acelerado de prateleira de supermercado com produtos enlatados, mão enchendo sanduíche de maionese, close na boca mordendo sanduíche. (Fade out)

Seqüência 3

Título : Fome de quê? (Fade in)

B.G.3: ruído de pessoa empurrando carrinho de compras.

Seqüência 4

Depoimentos 1: consumidores comuns falam sobre o hábito de comer e sobre as motivações para o consumo de alimentos. Respondem a pergunta: qual o significado dos alimentos para você? (Corta)

Seqüência 5

B.G.4: som ambiente

- Cenas da Feira de alimentos orgânicos: câmera subjetiva de alguém fazendo compras, ponto de vista do consumidor (foca produtos com selo orgânico). (Corta)

B.G.5: música regional

- Detalhes da feira: fachada da feira indicando a venda de produtos orgânicos, pessoas comprando, produtos comercializados. (Fade in)

Seqüência 6

Depoimentos 2: consumidores de orgânicos respondem a pergunta: por que a opção pelos alimentos orgânicos? (Corta)

Cenas: enquanto os consumidores falam câmera mostra a feira.
Revezar imagens da feira com a dos consumidores que prestam os depoimentos.

Seqüência 7

B.G.6: som ambiente.

Fazenda orgânica: (Fade in) amanhece, produtor vai trabalhar.

Seqüência 8

B.G.7: música regional

Fazenda orgânica: imagem das hortas e das atividades desenvolvidas.
(Funde)

Seqüência 9

Depoimentos 3: produtores respondem a pergunta: por que trabalhar com orgânicos, se a agricultura convencional é mais lucrativa em termos financeiros? (Corta)

Cenas: enquanto os produtores falam câmera mostra a fazenda.
Revezar imagens da ambiente com a dos produtores.

Seqüência 10

Depoimentos 4: especialistas falam sobre orgânicos. (Corta)

1) Agrônomo responde: qual (is) a(s) vantagem(ns) para o solo e para meio natural?

- 2) Nutricionista/médico/profissional da saúde: qual (is) a(s) vantagem(ns) para a saúde?
- 3) Sociólogo/geógrafo: qual (is) a(s) vantagem(ns) para a questão agrária e social brasileira?
- 4) Cozinheira/artista popular: qual (is) a(s) vantagem(ns) para a cultura, arte culinária/cultura camponesa?

Seqüência 11

B.G.8: música

Agricultura convencional: (Fade in) imagens de arquivo de jornais mostrando os problemas da agricultura convencional, os argumentos daqueles que a defende e os investimentos governamentais nesta área. (Corta)

Seqüência 12

Depoimentos 5: consumidores comuns respondem: por que não consumir produtos orgânicos? Você acredita nos orgânicos? (Corta)

Seqüência 13

Depoimentos 6: autoridades oficiais respondem: qual o motivo do baixo investimento na agricultura orgânica? Como explicar os altíssimos gastos com a agricultura convencional, mesmo sabendo de todos os problemas que ela acarreta? (Corta)

Seqüência 14

B.G.7: música – chorinho goiano (instrumental)

Cartela 2: sobre fundo (daqueles usados em cinema mudo), escrever, em letras brancas:

Enquanto isso doutores...

... Há quem invista na Agricultura Orgânica!

Vejam mais esse capítulo

Seqüência 15

B.G.7: segue B.G. anterior

Subtítulo: (Fade in) Do ato ao prato (ainda sobre o mesmo fundo anterior)
(Corta)

Obs: a partir de agora os relatos serão bastante sucintos. A intenção desta parte é dar uma pincelada na dimensão do assunto.

Seqüência 16

Cenas da horta escolar: imagens horta orgânica em escola pública municipal, estudantes trabalhando na horta.

B.G.7: segue B.G. anterior

Seqüência 17

Depoimentos 8: professores e educandos falam da experiência com horta escolar. (Corta)

Seqüência 18

Cenas da horta MST: imagens da horta e trabalhos realizados. (Corta)

Seqüência 19

Depoimentos 9: integrantes do movimento falam sobre a experiência com orgânicos. (Corta)

Seqüência 20

Cenas de horta doméstica: imagens de horta em quintal. (Corta)

Seqüência 21

Depoimentos 10: morador(a) relata experiência. (Corta)

Seqüência 22

Cenas de horta comunitária: imagens horta e trabalho coletivo dos moradores. (Corta)

Seqüência 23

Depoimentos 11: moradores relatam experiência. (Corta)

Seqüência 24

Cenas de empresa: imagens comércio de orgânicos. (Corta)

Seqüência 25

Depoimentos 12: empresários relatam experiência. (Corta)

Seqüência 26

Cartela 3: sobre o mesmo fundo preto do início, sobe letreiro com informações gerais sobre a situação dos orgânicos em Goiás.

(Esboço/confirmar dados)

Em Goiânia são realizadas três feiras semanais de alimentos orgânicos e existem cinco redes de supermercados que comercializam produtos orgânicos. Contudo, a venda e a produção de alimentos orgânicos ainda é pouco significativa, apesar de ser crescente a procura por esse tipo de produto. Em todo o Estado de Goiás, existem três associações de produtores de alimentos orgânicos, que contam com um total de 85 associados e 20 pontos de venda.

B.G.8: música regional instrumental

Seqüência 27

B.G.9: sobe música regional

Poema: atriz interpreta poema sobre alimentos (a definir). Cenário: ambiente rural (a definir).

Seqüência 28

Créditos finais

ANEXO III

Cronograma de Produção do Documentário “Fome de quê?”

PRODUÇÃO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
ROTEIRO	X			
Avaliação do Roteiro pela orientadora	X			
FILMAGEM Entrevista com consumidores		X		
FILMAGEM Entrevista Fórum de Alimentos Orgânicos		X		
FILMAGEM Entrevista com consumidores e produtores de alimentos orgânicos na Feira da ADAO		X		
FILMAGEM em Supermercado		X		
Pesquisa Material de Arquivo		X		
FILMAGEM Fazenda Orgânica		X		
DECUPAGEM			X	
EDIÇÃO IMAGEM			X	
EDIÇÃO SOM			X	
ENTREGA TRABALHO (1ª versão) (3/11/2008)				X
Correção da Orientadora (3 a 10/11/2008)				X
Refazer edição (10 a 16/11/2008)				X
Entrega do Trabalho (2ª versão)				X
Relatório	X	X	X	X
Depósito do Trabalho (17/11/2008)				X

ANEXO IV

CRONOGRAMA DE GRAVAÇÃO DOCUMENTÁRIO FOME DE QUÊ?

PLANOS	LOCAÇÕES	DATA	HORÁRIO	CONTATO	ENTREVISTADOS
(4) + (13)	Supermercado (externa)	Qua, 8/10/08	12h às 14h00	***	***
(5) + (3) + (6) + (7) + (10)	Feira da 74/Feira Restaurante Arroz Integral	Sáb, 11/10/08	7h às 12h/17h30 às 18h30	Lisbeth (9633- 4801/3091-1586)	Consumidores e produtores de orgânicos
(5) + (3) + (6) + (7) + (10) + (11A)	Feira Pecuária	Sáb, 18/10/08	7h às 12h	Cláudia Moreira (8416-4882)	Produtores de orgânicos e agrônoma Cláudia Moreira (técnica ADAO)
(8) + (10)	Fazenda Orgânica	Dom, 12/10/08	8h às 10h	Neri Ferlin	Neri Ferlin (produtor orgânico/Santa Branca)
(11B)	Hospital de Medicina Alternativa	Qua, 8/10/08	10h às 11h30	Dioceni (3201-3614)	Vírginia (enfermeira)
(11C)	IESA	Sex, 10/10/08	15h às 17h30	cancelado	***
(11D)	Chácara Marly	Qui, 9/10/08	7h00 às 9h00		***
14	Agência Rural/SEAGRO	Ter, 14/09/08 e Qua, 15/10/08	17h00	Arichelma (3201- 8933)	Paulo Martins da Silva (Secretário)
(17) + (18)	Horta Escolar (Escola Municipal Bernardo Élis)	Qua, 15/10/08	7h30	Suzana (3524- 5043/9214-7242)	Professora e estudantes
(19) + (20)	Acampamento MST	cancelado	cancelado	Leiliane (3534-5556)	***
(21) + (22)	Horta Doméstica	cancelado	cancelado	***	***
(23) e (24)	Viveiro Santa Branca	Dom, 12/10/08	10h às 11h30	Cláudio (veterinário)	Cláudio (veterinário)
28	Horta/fazenda			Renata (8407-8901)	Renata (atriz/poema)

